

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 132.ª Sessão Ordinária

Realizada em 24 de Agosto de 1971 — (Têrça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Basílio Zanusso.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francesco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Mugiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Fuad Nacli, Lázaro Dumont e Sebastião Rodrigues Júnior (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 7-71, do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, comunicando a esta Casa, haver substituído o Senhor Presidente deste Poder, na solenidade de lançamento da pedra fundamental da Escola Superior de Agronomia, em Bandeirantes — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Ardeal Ribas, Digníssimo Deputado Federal, encaminhando a esta Casa, a íntegra de alguns discursos, acompanhados de fotocópia que recebeu do Senhor Presidente do Banco do Brasil, referindo-se à quota de exportação de banana em nosso Estado. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Márcio Stamm, Digníssimo Deputado Federal, agradecendo o empenho do Deputado Mauricio Fruet, nesta Casa, quanto a instalação de uma refinaria de petróleo, em nosso Estado. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor Cleon Guatimozin, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, solicitando a esta Assembléia Legislativa, encareça aos Excelentíssimos Senhores, Presidente da República e Ministro do Trabalho e Previdência Social, a criação de Lei que amplie a faixa de idade para admissão ao trabalho, tornando este acessível às pessoas de mais de 40 anos. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMAS:

De Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marechal Emilio Garrastazu Médici, agradecendo atenciosa Mensagem Aplausos Proterra, desta Assembléia Legislativa, em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor Senador Ney Braga, comunicando à Presidência desta Casa, haver mantido contato telefônico com a Presidência da Petrobrás, no sentido da implantação de Refinaria de nosso Estado, em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão, um Voto de Saudades pela memória do ex-Presidente Getúlio Vargas.

Considerando um dos maiores estadistas que Este País já possuiu, Getúlio Vargas deixou marcada a sua presença na Chefia da Nação por obras de grande envergadura, que consolidaram a nossa infra-estrutura e, por conseguinte, a nossa emancipação econômica. A Usina de Volta Redonda, a Petrobrás e a Eletrobrás, para não citar outras, são marcos indeléveis de nossa independência no setor do aço, do petróleo e da energia elétrica.

A Getúlio Vargas a Nação deve ainda a reforma política e social, pois foi o mesmo que introduziu o voto secreto e a magnífica legislação trabalhista.

Esses pequenos dados de uma vida pontilhada de grandes realizações em benefício do povo, culminou no dia 24 de Agosto de 1954, com uma atitude desassombrada que deixou o seu nome ligado à História Brasileira.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1971.

(a) — Domicio Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela unanimidade de seus membros, apresenta ao Excelentíssimo Senhor Comandante da 5.ª Região Militar, General Airton Tourinho, mais sinceras e calorosas congratulações pelo transcurso da Semana do Exército.

É motivo de grande satisfação para todos esses acontecimentos.

O Exército Brasileiro, fiel ao seu patrono o inolvidável Duque de Caxias, tem sido valente na guerra externa como ocorreu no último conflito mundial, como pacificador e propugnador da união nos momentos de paz, fator decisivo da tranquilidade do povo brasileiro.

O Poder Legislativo, associa-se às manifestações de apreço de todo o povo brasileiro, ao seu glorioso Exército.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1971.

(a) — Antônio Lopes Júnior

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro da Mesa que não marque sessão para amanhã, "Dia do Soldado", para permitir aos Senhores Deputados participação nas comemorações alusivas à expressiva data.

Requeiro, outrossim, que com a mesma finalidade seja suspenso expediente da Secretaria da Casa.

Sala das Sessões, em 24 de Agosto de 1971.

(a) — Erondy Silvério

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 180-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de Utilidade Pública o "Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense", fundado em 24 de maio de 1900, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

(a) — João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O "Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, fundado nesta cidade, onde tem sua sede, a 24 de maio de 1900, é uma associação cultural de duração ilimitada, com a alta finalidade de pesquisar e interpretar fatos históricos, geográficos e etnográficos, principalmente de nosso Estado, e divulgá-los.

É inestimável a contribuição que tem dado à cultura paranaense; motivo que por si só justifica nossa pretensão de torná-lo, por este plano de lei, de utilidade pública.

Por sua alta e patriótica finalidade, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, daí a certeza do acolhimento que a Casa dará ao mesmo.

PROJETO DE LEI N. 181-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de Utilidade Pública, o Instituto Maria José, fundado em 27 de junho de 1938, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

(a) — João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O presente plano que vem devidamente justificado de acordo com o que dispõe o registro de Títulos e Documentos. — 1.º Ofício, anexo.

Nestas condições, admitimos muito justa a declaração de Utilidade Pública, que será um reconhecimento aos relevantes serviços que vem prestando o reeferido Instituto ao ministrar o Ensino Primário e Pré-Primário, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

Por isso, esperamos sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 182-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1971.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico, APAP — Fundada em 25 de fevereiro de 1970, é uma sociedade civil com personalidade jurídica, composta de pessoas de qualquer nacionalidade, e que têm por finalidade precípua proporcionar integral assistência médica, pedagógica e social ao paraplégico, usando de todos meios possíveis para a recuperação física do paraplégico, a fim de dar-lhe condições de trabalho.

Objetiva ainda a APAP, desenvolver campanhas de propaganda, visando esclarecer a opinião pública sobre a reabilitação do paraplégico, para que o mesmo possa desfrutar de um lugar na sociedade.

Estamos certos que o presente plano de lei, receberá o apoio e a aprovação de nossos Pares desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI N. 183-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar em Curitiba uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária prevista para o ano de 1972.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.8.1971.

(a) — Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA:

Um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento do povo brasileiro encontra-se na extrema precariedade da Rede Nacional de Ensino, destinada à preparação da infância e da juventude. O progresso experimentado pelo País nos últimos dez anos tornou mais nitida a incapacidade de nosso sistema de educação. Em face da tecnificação dos processos produtivos na indústria e na agricultura, revelam-se ostensivamente as graves deficiências desse ensino, incapaz de formar a força de trabalho altamente qualificada que o desenvolvimento nacional requer.

A contradição é flagrante entre a carência da educação e os reclamos de qualificação para as novas atividades produtivas. Embora tenha o País, nos últimos anos, devotado em todas as esferas do poder mais recursos e mais energia às tarefas educacionais do que em qualquer outra época, tornou-se, todavia, mais consciente das falhas do seu sistema de ensino. Escolas foram constituídas. Professores foram formados. A qualidade do material didático foi melhorada.

Mas, ao mesmo tempo, jamais o Brasil se manifestou tão inconformado com o seu sistema educacional e jamais a educação representou para todas as camadas do povo aspiração tão candente quanto agora representa. É que estamos diante de um reflexo de transformações que se processam no cerne mesmo do corpo social brasileiro. Através dessas transformações, deixamos de ser aquela sociedade arcaica, conformada com o seu atraso, em que as técnicas produtivas eram transmitidas oralmente de pessoa a pessoa. Queremos ser agora uma sociedade moderna. Mas esta terá que se basear na educação formal, com a produção fundada, não na tradição oral, ou no saber vulgar, mas na ciência e na tecnologia mais desenvolvidas.

Veja-se o caso das Escolas existentes em nosso Estado, para os menores delinquentes. Os seus problemas são enormes. A falta de condições de espaço, de higiene e, acima de tudo, do que fazer, fazem desses estabelecimentos de ensino um campo aberto à ociosidade. Ao invés de reeducação e recuperação, elas conduzem esses menores a uma progressiva marginalização.

Esse problema, que dia-a-dia constitui a tônica das manchetes dos jornais, precisa ser encarado com seriedade pelos Poderes Públicos. Urge reorientar a educação desses jovens para o bem deles, da sociedade e das necessidades do sistema produtivo. A reorientação dessas escolas, cremos, e seu reajustamento às condições de fato, permitirá que passe a exercer papel da mais extraordinária importância no processo estadual de desenvolvimento.

Por outro lado, é preciso que se diga que a Escola Profissional oferece inúmeras vantagens, a começar pelo seu próprio nome, que dá ao menor nova oportunidade de recuperação, de utilidade à sociedade para o qual se busca integrá-lo. Nela, através do ofício que se ensinará, será mais fácil galgar esse menor a uma posição social na comunidade.

Através da Escola Profissional, a política educacional do Governo, baseada na consciência desse problema, refletirá, essencialmente, o reconhecimento de que o sistema educacional prontamente amplia-se e aprimorar-se.

O SR. — Está finda a leitura do Expediente.

Em cumprimento à Resolução 23-69, o Expediente de hoje será dedicado à comemoração do Dia do Soldado.

A Presidência concede a palavra ao primeiro orador inscrito sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A Assembléia suspende, hoje, os seus trabalhos para dedicar esta sessão a um dos maiores vultos da História brasileira Caxias, o Patrono do Exército Nacional.

Em pleno Século XX, quando a sociedade contemporânea experimenta uma evolução extraordinária, quando a marca do nosso tempo se caracteriza pela transição violenta de todos os costumes, quer no campo econômico, social, ou em todas as atividades humanas, está a exigir dos estadistas, políticos, cientistas, e filósofos, interpretações adequadas para que a sociedade possa estabelecer-se em bases sólidas, profundas, concretas, oferecendo à cada nação a estabilidade necessária para esta realização humana, que é o sonho de todos os povos, do qual o Exército também participa.

No passado, este vulto, Luiz Alves de Lima e Silva interpretou os anseios de unidade, os anseios de grandeza nacional, lutando para que os estadistas do seu tempo, e os homens que tinham a responsabilidade de conduzir a jovem Nação brasileira, pudessem implantar, sobre bases sólidas, o Império daquele tempo. Homem predestinado que está intimamente ligado à História de nossa Pátria, e não foi por menos que o Exército Nacional adotou-o como Patrono.

Exemplo magnífico de soldado, figura humana extraordinária, homem dotado de uma capacidade ampla e segundo a história; soldado, político estadista, que manejava o Exército em campo de batalha, visando muito menos a destruição e a conquista, mas a construção e a pacificação.

Destino de um guerreiro inédito, pois quase sempre o homem de guerra se caracteriza pela destruição e pela conquista em território inimigo, subordinando outros povos.

Este não! O patrono do Exército Brasileiro legou a nós, seus pósteros, este exemplo magnífico, deixando ao nosso país e às gerações vindouras, a unidade nacional.

Lutou em todos os extremos do território nacional, desde o Rio Grande do Sul onde os Farrapos lutavam numa campanha de dissolução, até o Nor-

te do país, na rebelião dos Balaíos no Maranhão, passando por São Paulo e Minas na Revolução Liberal; sempre leal, sempre coerente, fiel ao País, ao Governo, ao Estado, tendo em vista o engrandecimento nacional.

Como Marechal de Campo, arrematou sua obra pacificadora, garantidora da unidade nacional. Já tinha em vista o Imperador, manter a unidade neste País continental. Obra que não foi fácil. Luta insana, constante do Norte ao Sul do País, sobre o lombo dos animais ou sobre as frágeis embarcações, levando a mensagem de unidade da Pátria, sensibilizando o coração dos brasileiros, que ora se insubordinavam nas divisas com os Castelhanos, ou no Norte do País, inconformados pelas idéias de rebelião. Levava a mensagem, naquele tempo, da mística da unidade nacional.

Depois, em campos estrangeiros, conduzindo o Exército Nacional, que estava carecendo de um líder capaz de liderá-lo. Tinha ele esse dom. Provou-o nos campos do Paraguai, levando o Exército Nacional à vitória final.

Cumprida essa missão guerreira e de integração, foi ele também o homem que conquistou da tribuna a confiança da 3.ª Província, que o levou ao Sena do Federal, onde representou o povo como político.

Mais tarde participou da campanha de Rosas, foi Ministro da Guerra e, ainda mais tarde, no final da vida, encerrando suas atividades políticas, dizia num desabafo no Senado Federal, registrado e lembrado ainda agora: "entrego a pesada cruz da política" Pesadíssima cruz, que todos nós temos noção.

Consolidou-se sobre si, sobre o espírito da unidade nacional, o império brasileiro. Assumiu mais uma vez o comando das tropas nacionais, preside o Gabinete de 1875 a 1878. Dois anos depois retira-se da atividade política e da vida pública, para falecer em sua fazenda. Mas não terminou essa vida, que ressuscita para todos os brasileiros, o exemplo que legou. Hoje, as Forças Armadas o têm como seu Patrono. Estas Forças Armadas assumem na organização dos Estados Brasileiros, segundo a Constituição de 1969, a missão de executar a política de segurança nacional, defesa da Pátria e a garantia dos Poderes constituídos da Lei e da Ordem. Missão de certa forma, idêntica a de Caxias, naquele tempo; missão que entendemos, mas que nós civis, muitas vezes, não compreendendo bem a posição dos militares e do Exército não os consideramos como membros de toda a sociedade, mas, às vezes, como integrantes de uma oligarquia à parte.

Na verdade o Exército é povo, na verdade o Exército está integrado em todo o processo de desenvolvimento nacional. Não é somente nos momentos de perigo, que o Exército Nacional está presente, ele está igualmente na consolidação do desenvolvimento nacional.

Não posso deixar de lembrar, neste instante, os filhos deste País que derramaram seu sangue nos campos de batalha da Itália, em 1942. Levaram aqueles jovens toda a exuberância de vida, filhos de nossos irmãos, prontos a sacrificarem-se pelos ideais que foram os de Caxias; ideais de liberdade, de independência e de soberania dos povos livres, ideais que persistem, até hoje, no coração de cada brasileiro e há de perdurar no amago do nosso soldado para o engrandecimento de nossa Pátria na defesa das liberdades civis pois sem ela não existirá jamais democracia.

O Exército Brasileiro há de estar sempre cumprindo com a sua missão de vigilância da segurança necessária ao engrandecimento do nosso País. Haveremos de entender a missão que cabe ao Exército Nacional e haverá o Exército Nacional de entender e compreender a missão que cabe ao poder civil, aos homens públicos, aos Poderes constituídos para, todos unidos, fazermos este País grande como sonhamos, fazermos com que a Pátria tenha a unidade sonhada por Caxias, fazermos com que o Brasil possa ser a Nação grandiosa, próspera e rica pautando sempre os princípios de liberdade acima de tudo de respeito à dignidade humana.

Nós do MDB aqui estamos presentes a esta comemoração, compreen-

dendo o momento que vivemos, compreendendo a posição de nossos tempos, tão difícil a exigir dos estadistas, a exigir dos políticos compreensão ampla para a realidade do presente.

Vivemos, na verdade, em nossa Pátria a dura realidade de três séculos a um tempo só; estamos em pleno Século XX com a realidade tecnológica aí presente a gerar contrastes e a gerar traumas na vida social; temos grandes setores da vida nacional vivendo no século passado e alguns setores no maior primitivismo possível.

Eis a missão de todos nós que não temos a consolidar mais o território nacional. Temos que consolidar a unidade humana, social e política de nossa Pátria para que todos os brasileiros, possam, divergindo, como divergimos aqui, construir com grandeza, com independência a liberdade e a democracia de nossa Pátria, para que o Brasil seja aquela Nação que está predestinada a ser, onde homens oriundos de todas as Nações aqui encontraram nesta mescla extraordinária que é o povo brasileiro misturado do sangue europeu, africano, amarelo e de uma miríade de outras nacionalidades. É isto que nós queremos o Brasil dentro de uma concepção acima de tudo de liberdade, de independência, onde os homens sintam condições de dizer aquilo que precisa ser dito, com toda a dignidade, onde não haja repressão, onde não haja atemorização, onde a força nunca se sobreponha ao direito, onde os direitos civis sejam grantidos sempre por esta corporação magnífica que é o Exército Nacional.

Não podemos, Srs. Deputados, deixar de, nesta oportunidade, também lembrarmos um vulto grandioso da nossa História, um vulto grandioso da História Universal — homem de quem sempre divergi desde a juventude mas que a quem os brasileiros devem também uma reverência no dia do seu desaparecimento, — o grande estadista Getúlio Vargas; teve ele grandes acertos, teve ele grandes erros como homem que foi, mas, nós não podemos deixar de reconhecer nesta oportunidade, a importância deste estadista na vida do nosso País, especialmente, eminentes Srs. Deputados, no momento em que o Brasil saia da fase do ciclo agrícola para ingressar na fase da industrialização e, foi ele, com a sua política avançada de industrialização que nos legou a Siderurgia, que nos legou a Petrobrás, que nos legou uma célula de luta pelas coisas nossas, implantando no País a justiça social através das tentativas de dar ao operário um apoio, não só apoio, mas, dar às classes trabalhadoras do Brasil alguma segurança, a primeira tentativa de se implantar neste País a justiça social.

Façamos justiça também, nesta oportunidade, a este grande vulto da História brasileira, Srs. Deputados e Sr. Presidente, esperando que no futuro possam as gerações que estão por vir, orgulhar-se dos homens que dirigem hoje o Exército Brasileiro, e, à frente do Governo da Nação temos um homem que conquistou o respeito de todos os brasileiros, quer desta, quer daquela facção, o eminente Presidente Garrastazu Médici vindo do Exército Nacional, onde adquiriu, com certeza, as virtudes de estadista que possui; conquistando a confiança do povo brasileiro, há de levar esta Nação ao destino grandioso que tem por frente.

Muito obrigado. — (Com revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença em nosso Plenário, dos srs. José Antonio Del-Ciel e Francisco Clivieri, Vereadores da Câmara Municipal da cidade de Londrina.

Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre nesta tarde uma das suas mais importantes missões, a de homenagear fatos históricos que marcaram época na história da Pátria e de prestar reverência e homenagem

a vultos que se agigantaram na história também pela sua evidência e pela prática de atos heróicos ou extraordinários.

E é uma missão importante, Srs. Deputados, porque esta, é a Casa do povo. É preciso que o Plenário da Casa do povo, seja realmente um plenário cívico, porque todos os seus integrantes aqui vieram, com outorga de poderes dos ricos e dos pobres, dos pequenos e dos grandes de todos enfim, que estão espalhados pelos quadrantes do Estado do Paraná e que fazem questão de manter aqui os seus representantes.

A vida da nação, é semelhante a vida do homem, não é só corpo mas não é só alma. A vida da Nação é composta de alma e de corpo. O corpo é o território, são as riquezas naturais do solo, é tudo que é físico; e a alma de uma nação é a sua história. A história é que nos dá tradição. E a função de hoje, da Assembléia Legislativa, é prestar reverência a Luiz Alves de Lima e Silva, conhecido como Duque de Caxias. Caxias, não constitui apenas um assunto da história, e motivo de festa que se esquece no dia seguinte não. Caxias, é um exemplo vivo que devemos seguir, se quisermos que o Brasil seja grande e respeitado e possa cumprir no concerto das grandes nações, a sua missão importante. Aos 14 anos justamente, num 25 de agosto de 1817, Luiz Alves de Lima e Silva, ingressava na vida militar, e aí, de posto em posto, dia por dia, foi grangeando a confiança e a simpatia dos seus camaradas. E foi subindo, subindo, e galgou todos os postos de hierarquia militar. Notabilizou-se na guerra, mas também soube de modo extraordinário, notabilizar-se na paz. Na guerra exterior, era sempre o vulto de Caxias que aparecia, extraordinário e imponente, a encher de coragem o seu comandado e a trazer a confiança aos seus soldados. Nas lutas internas, onde quer que aparecesse algum fato de insurreição ou rebeldia, lá surgia a figura imponente de Luiz Alves de Lima e Silva, e abafava as revoltas e acalmava os ânimos, e colocava tudo nos seus devidos lugares, lutando pela paz e tranqüilidade do povo brasileiro. Uma característica especial da sua vida; quando vencedor tratava aos vencidos com muito carinho. Pois entendia que o respeito para com os vencidos, é o sinal mais evidente da existência de uma civilização. E o que era importante, era a divisa que usava Luiz Alves de Lima e Silva, ele, apesar de ter sido Senador da República, ele dizia sempre, quer nos campos de batalha ou nas lutas do Plenário, dizia estas palavras: A minha espada não tem partidos, ela serve à Nação brasileira. Duque de Caxias não queria que a obra dos bardeirantes que, com tanto sacrifício, com tanto esforço conquistaram terras para fazer uma pátria, ficasse prejudicada por revoluções. Ele queria que todos os brasileiros, em todos os quadrantes da Pátria, por todo o mapa geográfico do Brasil, estivessem unidos por um só sentimento, o sentimento da grandeza nacional. Conta a História, e é notável esta passagem, que quando Luiz Alves de Lima e Silva, vencedor de uma batalha, a cidade lhe preparava uma homenagem, ele mandou dizer aos promovedores da homenagem, da festa, eu não quero homenagens, eu não quero festas, quero que vocês mandem rezar uma missa pela alma dos nossos irmãos, que morreram no combate. Muito acertada, por este motivo, a escolha de Duque de Caxias para Patrono do Exército Nacional. Somente um grande Exército poderia ter, na verdade, um grande Patrono que é um modelo vivo de Caxias o Exército Brasileiro.

Recentemente, na guerra externa que tivemos, na última Guerra, o soldado brasileiro mostrou a sua bravura, a sua coragem, o seu entusiasmo, e a sua liderança, no combate ao extremismo. Dentro de nosso País, em todos os instantes que teve uma ação decisiva, em março de 64, e daí para cá, em toda a parte aonde alguns poucos maus brasileiros tentaram subverter a ordem, lá comparecia, lá estava o Exército Brasileiro, o soldado brasileiro para abafar as revoltas e para manter a paz e tranqüilidade que o povo brasileiro deseja para o seu trabalho. O Exército Brasileiro é escola de civismo e integração; desta escola de civismo destacamos o CPOR aonde todos os anos, um pugilo de jovens brasileiros vão para lá receber as mais belas

lições de patriotismo. Deixam a escola e vêm para as atividades civis, nas mais variadas profissões, usando os mais diversos cursos, mas todos eles coerentes com os princípios de disciplina que aprenderam no C.P.O.R.. Todos os anos milhares e milhares de jovens, de todos os quadrantes da Pátria, acorrem aos quartéis, lá ficam um ano, recebendo diuturnamente as mais belas lições e saem de lá, vão se integrar nas profissões, constituir família, mas guardam sempre a lembrança delicada dos quartéis, dos seus superiores, dos seus camaradas e no campo da assistência, nós temos visto, por exemplo, o ACISO que tem desenvolvido um trabalho extraordinário, digno de ser observado e de ser imitado por todos. Por este motivo, é grande a satisfação de todos nós, ao comemorarmos, juntamente com os soldados, a Semana do Exército, sejam pois, em nome da ARENA, que tenho a honra de falar neste instante, as nossas homenagens ao Exército Nacional, à memória de Luiz Aíves de Lima e Silva, o Condestável da Unidade Nacional. Que o espírito de Caxias paire sempre sobre as casernas do Brasil, que o espírito de Caxias paire sobre a cabeça dos soldados brasileiros, para que soldados e civis, unidos, possam marchar através do futuro e conquistem o Brasil, para nossos filhos e nossos netos. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 93-70, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Com Substitutivo Geral. — Aprovado pelo substitutivo.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 245-70, de autoria do dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal a Miguel Florcoski Filho, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Com Substitutivo Geral. — Aprovado pelo substitutivo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 53-70, de autoria do dep. Armando Queiroz, fica criada uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Engenheiro Beltrão, abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência. — Aprovado artigo por artigo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 143-70, de autoria do dep. Sílvio Barros, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Santa Luíza de Marillac de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 271-70, de autoria do dep.

Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terra na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C. C. J. e C.T.I.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 7-71, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o equipamento Elétrico, que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 17-71, de autoria do dep. David Federmann, dá nova redação ao art. 11.º, da Lei n. 6.120, de 1.º de julho de 1.970, e ao art. 139, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1.970. — Parecer favorável da C.C.J. — **Com Emenda. — Aprovado o projeto. Em votação a emenda. — Aprovada.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 98-71, de autoria do dep. Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SEBEE), com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência. — Aprovado artigo por artigo.**

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 24-71, de autoria do dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a "Missão Cristã do Brasil", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 24-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Missão Cristã no Brasil", com sede em Curitiba - Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.971.

a) **Dep. Igo Iwant Losso**

JUSTIFICATIVA:

A "Missão Cristã no Brasil", visa o soerguimento moral e espiritual de nosso povo, sem distinção de credo ou classe; nacionalidade ou cor.

Em suas atividades estatutárias estão previstos também a Assistência Social e Educacional aos menos favorecidos, conforme estatutos devidamente registrados no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, sob n. 1992, do Livro "A", conforme certidão anexo.

A entidade encontra-se já devidamente registrada no Departamento Jurídico da Prefeitura de Curitiba, sob n. 08, livro LH-5, fls. 257, certificado n. 021, conforme fotocópia anexo.

Encontra-se registrada também na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, sob n. 412.

Nestas condições, admitimos muito justa a declaração de Utilidade Pública, que será um reconhecimento aos relevantes serviços que vem prestando à coletividade e esperamos por isso a sua unânime aprovação

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 24-71

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso.

SÍNTESE: Declara de Utilidade Pública a "Missão Cristã do Brasil", com sede e fóro nesta Capital.

P A R E C E R

1 — A iniciativa ora em exame está articulada e justificada, nos termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2 — O processo está perfeitamente instruído, donde se conclui que a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública funciona há mais de dois (2) anos; presta serviços à coletividade pública; que seus diretores não recebem qualquer espécie de remuneração e que seus estatutos estão regularmente registrados no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, 1.º Ofício desta comarca, sob n. 1.992, no livro "A".

3 — Referido projeto é daqueles que, por sua própria natureza, não fere qualquer preceito de ordem constitucional e legal.

4 — Quanto a sua oportunidade, não merece reparos.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai

Acyr José

Muggiati Filho

Armando Queiroz

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, apresentando voto de congratulações ao Sr. Comandante da 5a. Região Militar, pelo transcurso da Semana do Exército. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de saudades à memória do Ex-Presidente Getúlio Vargas. — **Em discussão.**

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado, para encaminhar a votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não poderíamos deixar de apresentar um requerimento na data de hoje, quando transcorre o 17.º aniversário do desaparecimento do inesquecível Presidente Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Deputado Domício Scaramella. — **Aprovado.**

Requerimento de autora do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja suspensa a sessão de amanhã, "Dia do Soldado", a fim de que a Casa possa assistir as comemorações alusivas a data.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria que a Mesa nos informasse se foi aprovado o requerimento de nossa autoria pedindo a suspensão da sessão de amanhã, em homenagem ao Dia do Soldado, a fim de que os Srs. Deputados possam assistir ao imponente desfile militar que será realizado em nossa Cidade; bem como a suspensão dos trabalhos da Secretaria da Casa para que também os Srs. Funcionários possam assistir ao desfile do nosso glorioso Exército Nacional.

Porque, Sr. Presidente, para surpresa minha o requerimento não foi votado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita escusas ao nobre Deputado por não ter colocado em votação o requerimento de sua autoria, solicitando a suspensão da sessão de amanhã, a fim de que a Casa possa assistir o desfile comemorativo ao Dia do Soldado.

Em discussão o requerimento de autoria do nobre deputado Erondy Silvério. Em votação. **Aprovado.**

Em virtude da aprovação do requerimento, a sessão extraordinária que havia sido convocada para amanhã, fica transferida para quinta-feira, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 236-70, 82-71;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 53-70, 143-70, 17-71, 271-70, 7-71, 98-71.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 24-71.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 39-71.

Levanta-se a sessão.

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 133.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 26 de agosto de 1971 — (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baranuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Maurício Fruet e Wilson Brandão (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 48-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 28-76, de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Santa Amélia, e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, às 9,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 46-71.
Levanta-se a sessão.